



i

05-09-2013

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 80000

Temática: Política

Dimensão: 398

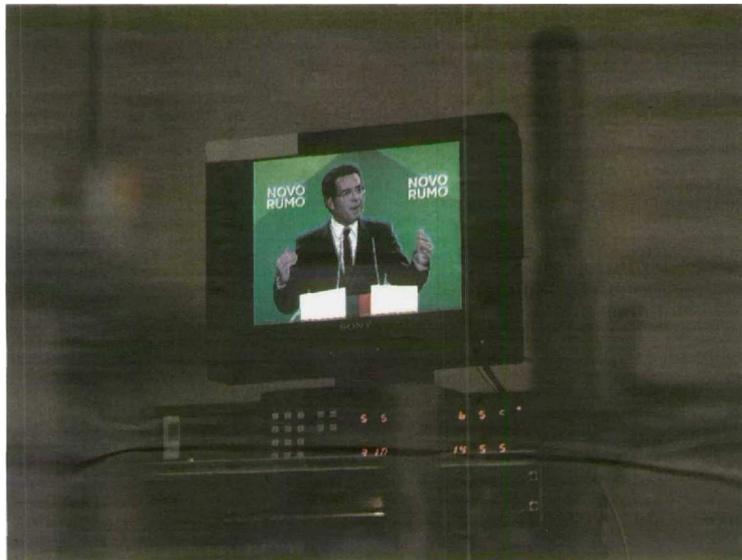
Imagem: S/Cor

Página (s): 1/4



PS APRESENTA QUEIXA NA ERC E NA CNE CONTRA A RTP

João Ribeiro, porta-voz do PS, ao *i*. “Parte da direcção de informação comporta-se como servente do governo”



PS não diz se Seguro participa ou não em "O País Pergunta"

RICARDO CASTELO

PS apresenta queixa contra a RTP por "situação censurável"

Porta-voz acusa "parte da direcção de informação" de estar "instrumentalizada". São "serventes do governo", diz João Ribeiro

PEDRO RAINHO

O PS apresentou ontem queixa contra a RTP na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e na Comissão Nacional de Eleições (CNE), por considerar que o programa "O País Pergunta" não garante a igualdade de tratamento entre os líderes político-partidários. Ao i, o porta-voz do PS acusa "parte da direcção de informação da RTP" de estar "instrumentalizada e governamentalizada".

A estreia do programa está marcada para o dia 10 de Setembro, com uma entrevista a Passos Coelho. Seguro foi também convidado a participar – de modo informal, segundo fonte do PS, e já depois de ser noticiado o novo programa. Mas segundo os socialistas, e ao contrário do que está previsto para o primeiro-ministro, a emissão com o secretário-geral do PS aconteceria só depois da apresentação do Orçamento do Estado na Assembleia. Ficaria portanto fora do "confronto de diferentes opiniões" que define o período pré-eleitoral em vigor.

Para participar no programa, o PS impôs ainda a condição de que

os restantes líderes de partidos com assento parlamentar fossem convidados a participar, exigência a que a RTP não deu aval. "Não é um partido que diz à redacção da RTP que políticos devem ser entrevistados", disse na terça-feira ao i Paulo Ferreira, director de informação da estação pública. O partido não esclareceu ainda se Seguro participará ou não em "O País Pergunta", estando à espera de um convite oficial do canal público.

"Profundamente indignados" com a posição da RTP, os socialistas recorreram para a ERC e para a CNE, referindo que "não está em causa condicionar a liberdade de programação dos operadores de serviços de programas televisivos". No momento eleito-

ral que se aproxima, "impõe-se que as entidades públicas e privadas garantam e proporcionem igual tratamento a todos os candidatos, partidos políticos e coligações, não privilegiando nem discriminando qualquer candidatura, partido político ou coligação", lê-se na queixa apresentada junto de ambos os organismos, a que o i teve acesso.

O PS sublinha ainda tratar-se de uma "situação censurável" e apela à intervenção do organismo que regula a comunicação social em Portugal para que este faça "cumprir e respeitar os princípios e limites constitucionais e legais em matéria de pluralismo político e de igualdade de tratamento". Perante a recusa da RTP de aceder às exigências apresentadas por Seguro, João Ribeiro considera mesmo que "parte da direcção de informação da RTP está instrumentalizada e governamentalizada" e que alguns dos seus elementos "comportam-se recorrentemente como serventes do governo".

Contactado, Paulo Ferreira limitou-se a considerar que deve caber "ao jornalismo o que é do jornalismo e à política o que é da política".

"Impõe-se que as entidades garantam igualdade de tratamento", considera o PS